

Desafios sobre o aborto no Brasil e na América Latina

O aborto tornou-se um dos temas mais relevantes da agenda feminista na América Latina. Na academia, tem sido objeto de investigação de vários campos disciplinares, notadamente dos estudos contemporâneos sobre a antropologia das relações de gênero e o feminismo, numa interface com a saúde, o direito, a psicologia, a sociologia, dentre outros, cuja produção encontra-se em constante diálogo com os movimentos sociais, particularmente os feministas. A Campanha pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito está presente em vários países da região, em especial na Argentina, sustentando o debate sobre o tema na agenda nacional. No Uruguai, o Parlamento discutiu três projetos de lei nesse século, com a presença na cena política de atores sociais como organizações de mulheres e entidades de jovens ativistas de direitos humanos, culminando, em outubro de 2012, na aprovação da lei IVE (Interrupção Voluntária da Gravidez), que habilita as mulheres a praticarem um aborto nas primeiras doze semanas de gestação. Dessa maneira, o Uruguai passou a ser o primeiro país da América do Sul a garantir, legalmente, a realização do aborto pela vontade da mulher, unindo-se a Cuba, Guyana, além do Distrito Federal, no México, na América Central.

A implementação da lei não tem sido um processo fácil, com a ação permanente de grupos contrários à legalização do aborto. No Brasil, durante a última eleição presidencial, em 2010, o tema assumiu lugar de destaque não apenas nos discursos dos candidatos, mas também como peça importante no jogo de alianças para a eleição da nova presidente. Em 2012, foi julgada a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, n. 54, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), garantindo a Antecipação Terapêutica do Parto em casos de anencefalia do feto. Contudo, se a decisão do STF acena para avanços no que diz respeito à equidade nos direitos reprodutivos das mulheres, persistem empecilhos para o alcance de uma legislação que garanta a descriminalização do aborto no Brasil, conforme proposto pelo projeto da Comissão Tripartite (2005), com um caminho lento e sinuoso a ser trilhado, em particular face à ação de grupos religiosos nas instâncias do poder. Nos três países, o debate está presente nos meios de comunicação e no público em geral. A

contribuição da academia é fundamental para qualificar o debate social. Disciplinas como antropologia têm se destacado, com a produção de antropólogas/os feministas (geralmente combinando pesquisa e ativismo), dedicando-se a investigar os processos políticos e desvendando as práticas e representações dos atores sociais envolvidos bem como seus argumentos a favor e contrários à legalização do aborto.

O presente DOSSIÊ se soma a esses esforços e propõe uma discussão a respeito do aborto, considerando os avanços e desafios a serem enfrentados na contemporaneidade. A seleção dos trabalhos buscou articular distintas dimensões do fenômeno, ainda que privilegiando eixos temáticos, especialmente saúde e direitos reprodutivos, além dos aspectos políticos, jurídicos, religiosos e bioéticos. Os artigos aqui expostos exploram o estado da arte dos estudos sobre o assunto e revelam os termos da discussão do aborto em diferentes localidades da América Latina, contemplando contextos específicos como o argentino, o uruguaio, o equatoriano, o brasileiro, o mexicano, bem como o de um país europeu, de tradição latina, como a Espanha. A proibição do aborto na região não impede que as mulheres o realizem na clandestinidade, obrigando-as a percorrer os mais diversos itinerários, fazendo uso de meios que podem colocar suas vidas em risco, decorrente de complicações no procedimento abortivo, o que pode as levar, inclusive, à morte. O uso ampliado do misoprostol pelas mulheres em alguns países latino-americanos tem adicionalmente as aproximado de outros circuitos ilegais, como o tráfico de drogas, expondo-as não somente a produtos adulterados, mas também a outros riscos. Diante do exposto, acreditamos que a questão do aborto deva ser compreendida como um drama social que exige respostas de políticas sociais dos Estados e de saúde pública, em particular, e não como um problema privado a ser resolvido apenas pelas mulheres. Os artigos presentes nesta edição da revista buscam contribuir para o debate desse tema, tão caro aos feminismos não somente no Brasil e na América Latina, como também no mundo.

Rozeli Porto
Susana Rostagnol
Greice Menezes